

Projecto-Lei n.º 38/XV/1.<sup>a</sup>  
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO VI

Segurança Social

Artigo 87.º - A

Gratuidade das Creches para todas as crianças inscritas nesta valência de no ano  
letivo de 2022/2023 públicas ou privadas

O Governo assegura a gratuidade universal das creches para todas as crianças a frequentar a valência de creche no ano letivo de 2022/2023.

Nota Justificativa:

A gratuitidade das creches é uma medida justa que visa o combate à pobreza, o apoio às famílias, e o combate ao inverno demográfico. Transporta consigo um gesto de solidariedade e de bem que não pode ser negado ou limitado a nenhuma criança.

O Estado não pode por nenhuma razão limitar a gratuitidade das creches, pois todas as crianças são iguais e têm os mesmos direitos. Ao Estado português compete respeitar a Constituição e a Carta dos Direitos das crianças e, por isso respeitar a dignidade de cada criança. O que actualmente o Governo assegura é apenas a gratuitidade para as crianças que se matriculam pela primeira vez na creche, deixando de fora uma parte substancial das crianças.



Palácio de São Bento, 11 de Novembro de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá  
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -  
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa